

Plano Nacional de Direitos Humanos

1 - SINPROSP - “O Plano não é uma invenção recente”

“Sergio Adorno, sociólogo e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), lembra que o Plano não é uma invenção recente, iniciativa original do atual governo, mas dá continuidade às edições apresentadas à sociedade durante o governo FHC, atendendo inclusive recomendação da Conferência Mundial de Direitos Humanos realizada em 1993, na cidade de Viena, capital da Áustria. Para o especialista, ao cumprir essa exigência, a administração federal revela maturidade, pois trata direitos humanos não como plataforma de governo, mas como política de Estado. “É sinal de fortalecimento da democracia. A terceira edição do Plano indica uma linha de continuidade e sugere que há alguns princípios e compromissos que estão aos poucos se enraizando e consolidando”, reforça, em entrevista exclusiva ao site do SINPRO-SP. O pesquisador ressalta que o projeto é mesmo um amplo plano de ações, com intuito de nortear iniciativas de diferentes ministérios, para que se possa efetivar concretamente a distribuição de renda, a justiça social e os ideais de liberdade e de igualdade, sempre caros aos preceitos dos direitos humanos. “São diretrizes que nada têm de anti-constitucionais ou de autoritárias. Ao contrário, entendo que são princípios para fazer cumprir os compromissos constitucionais”, completa.

Flavia Piovesan, procuradora do Estado de São Paulo e professora da pós-graduação das Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo e do Paraná (PUC/SP e PUC/PR), não aceita o adjetivo “autoritário” para classificar o Plano. Lembra a pesquisadora, também membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que a proposta é o resultado final de um debate aberto e participativo, que envolveu dezenas de organizações não-governamentais e os diferentes ministérios. Ela elogia a amplitude da proposta e diz que essa é justamente uma das virtudes da iniciativa. “Direitos humanos são mesmo holísticos e integrados, não podem ser separados. Não dava para ser diferente”. Piovesan garante que se trata de uma oportunidade ímpar para uma arquitetura adequada na área de direitos humanos ao afirmar que “até a ditadura militar, tínhamos uma agenda da sociedade contra o Estado; com a democracia, passa a ser também uma agenda do Estado, não mais só violador, mas promotor dos direitos”. A professora é ainda enfática ao dizer que o Plano está em absoluta consonância com os princípios constitucionais brasileiros e com a jurisprudência e as tendências internacionais. “É ponto de partida, não de chegada. Claro que há espaço para aperfeiçoamento, até porque a aplicação de boa parte das propostas depende de arranjos, costuras e negociações políticas”, analisa a pesquisadora, na entrevista exclusiva que concedeu ao site do SINPRO-SP. Ela elogia a linha de coerência e continuidade entre os governos Lula e FHC, nessa área específica. “Revela que o tema direitos humanos deve flutuar acima do debate apequenado partidário”.

A Comissão da Verdade é, na avaliação dos dois especialistas, outro avanço relevante contemplado pela terceira edição do Plano. O Brasil é o último dos países do Cone Sul que foi governado por ditaduras militares e que ainda resiste a abrir os arquivos do período, a punir os torturadores e a concretizar o direito à memória e à verdade histórica. No início do ano, por exemplo, a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, determinou o acesso aos documentos referentes à atuação das Forças Armadas durante a ditadura naquele país (1976-1983). No Brasil, é muito mais difícil lidar com essa possibilidade. “Minha hipótese é que no Chile e na Argentina as sociedades foram

divididas pela metade, fraturadas ao meio, e o número de mortos e desaparecidos durante as ditaduras é bastante elevado. A volta da democracia exige essa apuração detalhada”, analisa Adorno. “No Brasil, essa linha demarcatória não foi tão clara, grande parte da população manteve-se em silêncio, e não se sabia ao certo qual a posição dessas pessoas. A nossa transição se resolve por cima, com um certo apelo de conciliação que colocaria fim ao passado recente e nos faria começar de novo. Mas há setores expressivos da sociedade que não aceitam essas feridas abertas”, continua o especialista.”

(Fonte: <http://www.sinprosp.org.br/>)

2 - SINPROSP - Plano Nacional de Direitos Humanos em discussão

Francisco Bicudo

“A Folha de S. Paulo deu destaque pela primeira vez para o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) na edição do dia 30 de dezembro de 2009, com uma das chamadas secundárias de capa, que dizia “Cúpula militar ameaça sair em reação a plano sobre ditadura”. Em editorial veiculado no dia seguinte (“Confronto vão”), o jornal escrevia que “sem dúvida, o Programa de Direitos Humanos contém diretrizes que contestam o espírito da Lei da Anistia - e não há nenhuma vantagem para a democracia em atizar ressentimentos que subsistem em frações residuais da opinião pública”. Até então, o foco da cobertura se concentrava na criação da Comissão da Verdade, destinada a esclarecer as perseguições políticas e os abusos de direitos humanos cometidos durante a ditadura militar (1964-1985).

O assunto voltou com força à tona no dia 8 de janeiro, com os potenciais alvos das críticas já ampliados (agora, as baterias não se dirigiam apenas à Comissão), mas ainda com espaço secundário na primeira página - “Católicos criticam plano de Lula para direitos humanos”, dizia a chamada. No dia seguinte, 9 de janeiro, o tema foi alçado à condição de manchete principal da capa - “Ministro critica plano de direitos humanos”, referindo-se a Reinhold Stephanes, da Agricultura, que condenava “o preconceito da proposta contra o agronegócio”. No domingo (10 de janeiro), dia nobre e de gala para o jornalismo impresso, quando há mais tempo para se dedicar à leitura, nova manchete principal de capa da Folha dizia que “Vannuchi ameaça pedir demissão se plano punir torturados”; no mesmo dia, outro editorial (“Direitos humanos”) afirmava que “documento do governo erra ao tentar doutrinar a sociedade e insuflar divisões em temas que exigem busca de consenso”.

As manchetes e editoriais da Folha, o principal jornal impresso do país, indicam que, em linhas gerais, a reverberação midiática oferecida ao Plano caminhou no sentido de contestá-lo e reprová-lo - mais ainda, demonizá-lo. A Folha, afinal, não foi voz isolada - ao contrário, nesse caso, a parte fala pelo todo. O jornal O Estado de S. Paulo, outro veículo impresso de referência no país, cerrou fileiras e reservou espaços generosos para a desqualificação da proposta apresentada pelo governo. Em artigo (“Direitos humanos”) publicado no dia 18 de janeiro, o professor de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Denis Rosenfield, escreveu que “o atual governo, em íntima colaboração com os movimentos sociais e as alas mais à esquerda do PT, está produzindo uma completa deformação dos direitos humanos. De perspectiva universal, eles estão se tornando, nas mãos dos que teimam em instaurar no Brasil uma sociedade socialista/comunista, um instrumento particular de conquista de poder”. Na mesma seção, na segunda-feira seguinte, 25 de janeiro, Carlos Alberto Di Franco, doutor em Comunicação pela Universidade de Navarra (Espanha), dizia (texto “Lula -

Imagem estilhaçada”) que “o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou em dezembro, às vésperas do Natal e aproveitando o recesso das festas, um ambicioso plano para implantação de um regime autoritário no Brasil”. Em editorial (“O PT de volta às origens”) publicado no dia 17 de janeiro, o Estadão já escrevia que, no decreto, “a expressão “direitos humanos” é apenas um carimbo destinado a legitimar um sistema autoritário de controle econômico, social e político”.

A orquestra estava afinada e, invariavelmente, emissoras de rádio e de televisão e grandes portais noticiosos amplificaram as mesmas notas musicais e o mesmo tom do discurso: em linhas gerais, o PNDH, em sua terceira edição, seria uma proposta “muito ampla, radical, revanchista, desconectada da realidade brasileira e autoritária, por ameaçar as liberdades de expressão e religiosa e o direito à propriedade”. Obviamente, houve momentos de dissonância na orquestra hegemônica, timidamente garantindo o exercício do contraditório. Vale destacar por exemplo artigo escrito pelo professor Paulo Sergio Pinheiro (“O constrangimento do silêncio”) e publicado pela Folha no dia 15 de janeiro. No texto, o ex-Secretário Nacional de Direitos Humanos (governo Fernando Henrique Cardoso) e relator das duas primeiras edições do PNDH (1996 e 2002) lamenta as mudanças feitas pelo presidente Lula no projeto original da terceira edição, por conta das pressões militares, principalmente no que diz respeito à apuração das violações cometidas pela ditadura militar. “Ao se renunciar a propor um projeto claro e definido de Comissão da Verdade, substituindo-a por um grupo de trabalho para formatar um projeto para o Congresso Nacional, corre-se o risco de não se ter Comissão da Verdade alguma. (...) E o Brasil continuará na rabeira de todos nossos vizinhos do Cone Sul, que reconstituíram a história dos horrores e já se livraram das trevas das ditaduras. Que baita constrangimento.”

Importante, claro, o espaço para a divergência foi no entanto pontual, acanhado, quase envergonhado e muito aquém do que se espera em uma sociedade democrática. Como analisa o jornalista Luciano Martins Costa, no site do Observatório da Imprensa de 19 de janeiro (texto “O que a imprensa esconde”), “a imprensa brasileira fez um ótimo serviço ao colocar em debate o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. A imprensa brasileira fez um péssimo serviço ao adotar atitude tendenciosa diante do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. Essas são as duas posições antagônicas e inconciliáveis que se pode identificar nos comentários sobre o decreto publicado em dezembro e que só foi descoberto pelos jornais na segunda semana de janeiro. No entanto, nenhum jornal ainda mergulhou profundamente na questão. Apenas artigos esparsos, sempre em flagrante minoria em relação às opiniões contrárias, defendem o decreto.” O próprio ombudsman da Folha, Carlos Eduardo Lins da Silva, questionou, em seu comentário de 17 de janeiro, a demora do jornal em dar destaque para o Plano. “Se o programa é tão relevante, por que o jornal demorou 18 dias para descobrir? Mais grave ainda: por que não acompanhou o processo público de sua elaboração, que levou um ano desde a realização da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, em 2008, cujos debates foram literalmente ignorados pela Folha?”. Lins da Silva escreveu ainda que “o jornal também demorou a mostrar a seu público que as duas versões anteriores desse programa, de 1996 e 2002, eram muito parecidas com esta, consequência quase natural daquelas”.

Se levarmos em consideração que em grande medida a opinião pública constrói sua percepção de realidade e a noção que tem de país a partir das narrativas jornalísticas, a ideia (até histórica) que ficou foi que a terceira edição do Plano Nacional de Direitos Humanos colocaria o Brasil à beira da implantação de uma ditadura. Trata-se de uma leitura limitante e reducionista. Pela importância dos debates que suscita e pelas

contribuições que pode oferecer à democracia brasileira, o Plano (que obviamente não é perfeito ou definitivo e pode ser ajustado e aperfeiçoado) merece ser objeto de outros olhares e avaliações. “

(Fonte: <http://www.sinprosp.org.br/>)

3 - SINPROSP - “Transição definitiva para o regime democrático”

“De acordo com a proposta original da terceira edição do Plano, a Presidência da República terá até abril para encaminhar ao Congresso projeto de lei criando essa Comissão, que teria como uma de suas tarefas “o esclarecimento público das violações de direitos humanos praticados no contexto da repressão política”. Piovesan afirma que esse movimento marcaria a transição definitiva para o regime democrático. “É fundamental esclarecer os casos de tortura, as prisões, os exílios, como se deram as mortes e os desaparecimentos em estabelecimentos do Estado, até para que as famílias atingidas tenham direito ao ritual do luto. Não lidar com o passado é uma tortura psicológica para esses familiares”, diz. “Há ainda uma perspectiva de identidade coletiva. Não é admissível que se apague esse período da história brasileira. A consciência sobre o passado é imprescindível”, completa.

As pressões do Ministério da Defesa, no entanto, dando vazão às demandas dos comandantes militares, fizeram o governo recuar. O trecho citado acima (“esclarecimento...”) foi substituído por um asséptico e genérico, como classificou Paulo Sergio Pinheiro, “examinar as violações de direitos humanos”. O alcance dessa tarefa também foi conscientemente ampliado - agora, o ano de início para as apurações será 1946, modificação que dilui as atrocidades especificamente cometidas pela ditadura militar instalada no Brasil em 1964. Adorno critica a alteração e diz que ela prejudica - e muito, como faz questão de reforçar - o trabalho da Comissão. “Nesse caso, a preocupação singular é conhecer essa história mais recente”. Ele admite que há situações em que a verdade é dolorida para todos os lados envolvidos na disputa, mas destaca que foram violações de direitos humanos cometidas por agentes públicos, representantes do Estado, e que se julgam impunes. “Alguns dizem que, em situações extremas, tais violações são aceitáveis. A Comissão quer dizer que isso nunca é aceitável”. Para o coordenador do NEV/USP, a democracia não se consolida se há temas tabus, sobre os quais não se pode falar.

Os dois pesquisadores confessam que esperavam críticas, mas ficaram surpresos, e até assustados, com a intensidade da reação da mídia ao Plano. Piovesan diz que a falta de diálogo e entendimento prévio entre os Ministérios da Defesa e da Justiça e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos provocou confusões e serviu como combustível que alimentou os discursos mais conservadores. Ela pensa ainda que o fato de a divulgação do Plano ter se dado em final de ano, época mais árida em termos de pautas nas redações, contribuiu para dar destaque privilegiado à iniciativa. Mas, alerta a especialista, não é possível negar que muitas críticas foram oportunistas e feitas em função do embate eleitoral que se anuncia. De acordo com Piovesan, os outros dois planos eram ambiciosos e transversais, mas nem de longe receberam a exposição dedicada ao atual.

Ainda mais perturbadora é a avaliação feita por Adorno, para quem o que incomoda é a reedição de um discurso velho e nostálgico, que agora aposta em nova roupagem e recorre ao adjetivo “revanchista”, e é incapaz de compreender a complexidade da sociedade brasileira e as transformações vividas nos últimos 20 anos. Segundo ele,

trata-se de uma ideia equivocada, que reduz e empobrece o debate, resgatando a falsa dicotomia que opõe os militantes dos direitos humanos a um genérico ‘os outros’, que não se sabe bem como chamar. No limite, o que se tenta recuperar é a tese de que “quem defende os direitos humanos defende bandidos”, nesse caso específico representados genericamente pelos “terroristas”, por exemplo. “Mesmo com todas as idas e vindas da sociedade, os avanços e recuos e o choque permanente entre visões progressistas e conservadoras, esperava-se que esse estereótipo já pudesse ter sido superado”, lamenta.”

(Fonte: <http://www.sinprosp.org.br/>)

4 - SINPROSP - Postura da mídia em relação ao Plano

“Uma das chaves para entender as razões da postura ácida da grande imprensa em relação à proposta parece residir no fato de o Plano indicar a necessidade de discussão sobre o que chama de controle social da mídia, sistematizando uma espécie de lista de veículos que desrespeitariam, em suas narrativas, os direitos humanos. Textos publicados por dois dos mais respeitados jornalistas brasileiros tocam diretamente nessa vertente. Alberto Dines, em artigo (“Mídia à beira de um ataque de nervos”) veiculado pelo site do Observatório da Imprensa, escreve que “a mídia brasileira está sendo vítima de um surto da síndrome de pânico: está com horror ao espelho. Berra e esperneia quando alguém menciona a organização de conferências ou debates públicos sobre meios de comunicação, imprensa, jornalismo. Apavora-se ao menor sinal de controvérsias a seu respeito, por mais úteis ou inócuas que sejam. Parece ter esquecido que o direito de ser informado é um dos direitos inalienáveis do cidadão contemporâneo”. No site da revista Brasileiros, da qual é atualmente diretor, Ricardo Kotscho, que foi Secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência durante o primeiro mandato do presidente Lula (2002-2006), diz que “o problema todo é que a mídia não admite que ninguém sequer discuta a mídia, não aceita um debate público, ainda mais que se tenha a ousadia de propor algumas regras básicas de convívio civilizado para essa atividade, como acontece em todas as áreas econômicas e sociais da vida brasileira”.

Apesar da contundência da oposição midiática ao Plano, Sergio Adorno diz que o debate tem um efeito positivo, pois a opinião pública está acompanhando o noticiário e não fica alheia ao tema. “Mas não achei adequado o tom majoritário das narrativas”, insiste. Flavia Piovesan concorda: mesmo com as distorções e os exageros, a polêmica serviu para colocar os direitos humanos na agenda da sociedade, nesse início de ano. “Os direitos humanos têm mesmo essa vocação anti-majoritária. Há lutas emancipatórias, conflitos e tensões, em todos os tempos e lugares. De certa maneira, somos sempre bombeiros apagando incêndios”, compara a professora.”

(Fonte: <http://www.sinprosp.org.br/>)

5 - As Lutas das Mulheres na Plataforma de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena 1993)

“Em junho de 1993, representantes de países e de ONGs (organizações não-governamentais) de todo o mundo reuniram-se em Viena, Áustria, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos.

Organizações defensoras dos direitos das mulheres trabalharam durante anos nos níveis nacional, regional e global para garantir que os direitos das mulheres fossem reconhecidos como direitos humanos e que a violência de gênero fosse incluída na discussão.

O documento resultante da Conferência, a Plataforma de Ação de Viena foi assinada por 171 nações, entre as quais o Brasil, e declarava:

“Os direitos humanos de mulheres e meninas são parte indivisível, integral e inalienável dos direitos humanos universais. A violência baseada em gênero e todas as formas de exploração e abuso sexual, incluindo as resultantes de preconceito cultural e tráfico internacional, são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e devem ser eliminadas” ([Declaração e Programa de Ação de Viena](#) 1993, p. 33).

(Fonte:

http://www.violenciamulher.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1059&catid=5:convencoes-e-outros-documentos-internacionais&Itemid=10, acesso em 08/02/2010)

6 - ADVOCACY - saiba o que é

“Advocacy significa lutar por uma causa, por meio de conscientização da sociedade, capacitação de agentes transformadores, mobilização da população e acompanhamento da atuação do poder público. A fim de atingir tais objetivos, realizamos cursos, oficinas e assessoria em advocacy.”

(Fonte: <http://www.agere.org.br/site/> acesso em 09/02/10)

7 - Para as mulheres comemorem suas conquistas e agirem - datas importantes 2009/2010

“Em 1993, em Viena, Áustria, defensores de ONGs, na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos (United Nations World Conference on Human Rights), fomentaram a idéia de que "os direitos das mulheres são direitos humanos" e que a violência contra as mulheres era uma preocupação importante em relação aos direitos humanos e merecedora de atenção pelo Estado (nação).

Esta Conferência Mundial das Nações Unidas imediatamente foi sucedida por outros eventos significativos no cenário de organizações feministas, tanto em termos dos sistemas das Nações Unidas ou nas esferas globais de advocacy das mulheres e alguns desses eventos serão reconhecidos como marcos celebrativos nos próximos meses. Cada evento ou data sinalizadas abaixo apresenta oportunidades para as mulheres e para os ativistas por direitos humanos, através da participação ou criação de eventos para comemorar este aniversário.

15º Aniversário da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento em setembro de 2009

Histórico: A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (ICPD - International Conference on Population and Development), que ocorreu no Cairo, Egito, em 1994, resultou num programa chamado 20 anos de Programa de Ação. A Conferência correlaciona os direitos das mulheres, o desenvolvimento sustentável e população, e resultou em 4 objetivos/metastas:

1. Educação universal para todos até 2015;
2. Redução da mortalidade infanto-juvenil;
3. Redução da mortalidade materna;

4. Acesso aos serviços de saúde reprodutiva e saúde sexual incluindo planejamento familiar em todos os países até 2015.

A UNFPA é a agência principal das Nações Unidas e o foco é no fortalecimento no controle, implementação e institucionalização da saúde reprodutiva em um processo semelhante aos relatórios da MDG, sobre Estratégias na redução de Pobreza e outros planos nacionais de desenvolvimento e orçamento.

Para mais informações, ver Demanding Accountability: The Global Campaign and Vienna Tribunal for Women's Human Rights (disponível em PDF <http://www.cwgl.rutgers.edu/globalcenter/publications/demand.html/>) e o vídeo "The Vienna Tribunal: Women's Rights are Human Rights!" (<http://www.wmm.com/filmcatalog/pages/c172.shtml>).

Defensores e companheiros das Nações Unidas estão promovendo oportunidades patrocinadas pela [ICPD@15](#) para chamar a atenção para a saúde sexual e reprodutiva e para a necessidade de assegurar que estes direitos sejam incluídos nas arenas políticas e nas negociações entre doadores chave e as autoridades governamentais.

Datas de referência:

Do dia 5 ao dia 13 de setembro de 1994

Documentos e links importantes:

- Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento: <http://www.un.org/popin/icpd/conference/offeng/poa.html>
- ICPD Programa de Ação (PoA): <http://www.unfpa.org/public/site/global/publications/pid/1973>
- ICPD website de publicação dos 5 Anos: <http://www.un.org/popin/icpd5.htm>
- ICPD às 10 (2004): <http://web.unfpa.org/icpd/10/index.htm>
- ICPD/15 Nota Informativa e Lista dos Eventos agendados: http://www.unfpa.org/icpd/15/docs/briefing_note.pdf
- Websites para a participação de ONG no processo de revisão dos 15 anos: <http://www.ngosforicpd15.org/> e <http://www.15andcounting.org/>

Sugestão para Advocacy:

Que os governos continuem com a responsabilidade de dar o apoio e cumprir com os compromissos assumidos a nível global na garantia de que todas as mulheres possam usufruir de seus direitos, incluindo os direitos sexuais e reprodutivos.

Uma publicação da [ICPD@15](#) será elaborada, incluindo uma revisão técnica nas informações e, também, fornecerá exemplos concretos das "lições aprendidas" <http://ngosforicpd15.org/content/view/14/31/>.

Eventos em 2009:

O Fórum Global das Nações Unidas

ICPD at 15, teve lugar em Berlim, Alemanha, do dia 2 ao dia 4 de setembro de 2009. Para a programação de todos os eventos, veja o website da UNFPA: <http://www.unfpa.org/icpd/15/events.cfm/>.

Beijing + 15: Outubro de 2009 - Setembro de 2010

Histórico: A Plataforma de Ação de Beijing (Beijing Platform for Action) foi adotada pelos governos na Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres realizada na China (UN Fourth World Conference on Women in China) e foi redigida com uma forte influência das organizações da sociedade civil. A análise dos compromissos assumidos pela Nações Unidas e os governos ocorreu durante a Beijing + 5 (2000) e Beijing + 10 (2005) e acontecerá novamente durante a Beijing + 15 (2010). Não haverá um Comissão Geral separada - Reunião Especial convocada pelas Nações Unidas; no entanto, o tema da 54ª sessão da Comissão sobre a Situação das Mulheres será “Revisão e avaliação da implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing e o resultado da 23ª sessão especial da Comissão Geral.” Na preparação para essa revisão, as comissões regionais das Nações Unidas estão trabalhando com a Divisão das Nações Unidas para o Avanço das Mulheres (DAW - Division for the Advancement of Women) para distribuir e recolher questionários dos governos sobre suas leis, políticas e práticas relacionadas ao gênero. As comissões regionais e, também, as organizações, coligações e redes de mulheres estão planejando as suas atividades regionais - muitas das quais darão prioridade em apontar o impacto financeiro da crise mundial. Para mais informações, ver o documento “Beijing + 15 Overview and Regional Activities” no Take Action Kit.

Datas de referência:

Do dia 4 ao dia 15 de setembro de 1994

Documentos e links importantes:

- Plataforma de Ação de Beijing:
<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/index.html>
- Sem Reserva: O Tribunal de Contas de Beijing para os Direitos Humanos das Mulheres (disponível em PDF):
<http://www.cwgl.rutgers.edu/globalcenter/publications/without.pdf>
- Website de revisão e avaliação dos 5 Anos da Conferência de Beijing:
<http://www.un.org/womenwatch/daw/followup/beijing+5.htm>
- Sessão Especial de Beijing + 5 (resumo da CWGL) :
<http://www.cwgl.rutgers.edu/globalcenter/policy/beijing5special.html>
- Sustentando a Promessa: Uma Análise dos Direitos Humanos das Mulheres e a Conferência de Beijing + 5 (disponível em PDF):
<http://www.cwgl.rutgers.edu/globalcenter/publications/holding.html>
- Website de Revisão e Avaliação dos 10 anos da Conferência de Beijing:
<http://www.un.org/womenwatch/daw/Review/english/49sess.htm>
- Beijing + 10 (resumo do CWGL):
<http://www.cwgl.rutgers.edu/globalcenter/policy/b10/index.html>

Sugestão para Advocacy:

Explorar o impacto da atual crise financeira no progresso em direção às recomendações previstas na Plataforma de Ação de Beijing.

Rever a resposta oficial de seus governos sobre o questionário nacional de Beijing + 15 e usar isto como base de divulgação e chamar a atenção as questões de gênero, incluindo aqueles que não são divulgados apropriadamente como respostas de governo.

Usar os documentos oficiais elaborados na Conferência de Beijing + 5 e Beijing + 10 para que os governos continuem com a responsabilidade de dar o apoio e cumprir com os compromissos assumidos na garantia dos direitos humanos para todas as mulheres, e revisar “as áreas prioritárias para ações futuras”.

Usar os documentos oficiais elaborados na Conferência de Beijing + 15 como uma oportunidade de fazer lobby com os governos para reforçar a Reforma na Arquitetura da Igualdade de Gênero (GEAR - Gender Equality Architecture Reform) nas nações Unidas sustentando a criação e fornecendo recursos para entidades de mulheres dentro do sistema das Nações Unidas (para mais informações ver <http://www.cwgl.rutgers.edu/globalcenter/policy/unadvocacy/gea.html>)

Eventos em 2009-2010:

Para mais informações sobre os eventos, a nível regional, ver o documento CWGL no Beijing + 15.

Dez anos desde o reconhecimento pelas Nações Unidas do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres - Dia 25 de novembro de 2009

Histórico: O dia 25 de novembro foi declarado o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, no 1o Encontro Feminista para a América Latina e Caribe, sediado em Bogotá, na Colômbia, em julho de 1981, entre os dias 18 e 21. Essa data foi escolhida por ser o dia do assassinato violento das irmãs Mirabal, em 1960, pelo ditadura de Rafael Trujillo na República Dominicana. Como resultado dessa extensa luta de organizações pelos direitos das mulheres, as Nações Unidas reconheceram oficialmente o dia 25 de novembro como o Dia Internacional de Eliminação da Violência contra as Mulheres, em 1999.

Datas de referência:

Dia 25 de novembro de 1999.

Documentos e links importantes:

- Site das Nações Unidas: Dia Internacional de Eliminação da Violência contra as Mulheres: <http://www.un.org/depts/dhl/violence/>
- Resolução da Comissão Geral (Assembléia Geral): <http://www.undemocracy.com/A-RES-54-134.pdf>

Significado: O movimento de anti-violência contra a mulher ilustra muito bem como o ativismo local pode se transformar/traduzir em uma ação global. Este exemplo particular do dia 25 de novembro mostra como o esforço local/regional e, então, global eventualmente era reconhecido pelas Nações Unidas como um dia vital de ativismo sobre a violência contra as mulheres. CWGL estimula os grupos a usarem essa data para celebrar o poder de organização das mulheres, a nível local e a reforçar a importância das parcerias locais/globais na difusão e sensibilização sobre a violência contra as mulheres.

Eventos em 2009:

Informe a CWGL como você planeja celebrar o dia 25 de novembro esse ano! Contate: 16days@cwgl.rutgers.edu.

Trigésimo aniversário da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW - Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women): Dezembro de 2009

Histórico: A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres foi adotada pelas Nações Unidas em 1979. CEDAW é um tratado internacional vinculativo, legalizado, que identifica o que constitui discriminação contra as mulheres. Signatários do CEDAW tem concordado em incorporar o princípio da igualdade entre homens e mulheres em seus sistemas legais, abolir todas as leis discriminatórias e adotar leis apropriadas que proíbam a descriminação contra as mulheres. O Protocolo Opcional (2000) permite que o Comitê de Eliminação de Discriminação contra as Mulheres - o “corpo” que monitora a observância dos países com a Convenção - receba e considere as reclamações de indivíduos ou grupos dentro de sua jurisdição. O Comitê também pode fazer recomendações gerais aos estados, e duas dessas recomendações (Nº 12 em 1989 e no 19 em 1992) são especialmente endereçadas à violência contra as mulheres.

Datas de referência:

Dia 18 de dezembro de 1979

Documentos e links importantes:

- Website do Comitê de Eliminação de Discriminação contra as Mulheres (de 2008 à data presente): <http://www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/>
- CEDAW informações de 1979-2007: <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/>
- CEDAW Recomendações Gerais sobre Violência contra as Mulheres (1992): <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/recomm.htm#recom1>

Sugestão para Advocacy:

Lobby e campanha para a assinatura e ratificação do CEDAW pelos membros estaduais das Nações Unidas que ainda não tenham aderido (Estados Unidos, Irã, Nauru, Palau, Qatar, Somália, Sudão e Tonga)

Buscar implementação de todos os elementos da convenção pelos estados que tenham ratificado a CEDAW

Eventos em 2009:

As Nações Unidas celebrarão no dia 3 de dezembro de 2009 e, brevemente, estarão lançando no site 30º aniversário.

Vigésimo aniversário do Massacre “Politécnico” das Mulheres (The “Montreal Massacre”): Dezembro de 2009

Histórico: No dia 6 de dezembro de 1989, um homem de 25 anos chamado Marc Lepine entrou no prédio da Universidade de Construção Civil de Montreal com uma pistola semi-automática. Ele começou a atirar por diversão e assassinou 14 mulheres e também feriu outras nove mulheres e quatro homens. Lepine acreditava que não era aceito dentro da universidade por causa das estudantes mulheres que ali estudavam. Antes de se matar, ele deixou uma carta que continha um discurso contra as feministas e uma lista de 19 mulheres proeminentes das quais ele particularmente desprezava. Grupos de mulheres no Canadá e ao redor do mundo organizaram vigílias, marchas e memoriais.

Datas de referência:

Dia 6 de dezembro de 1989

Documentos e links importantes:

- Filme “Depois do Massacre de Montreal”, de Gerry Rogers:
<http://www.wmm.com/filmCatalog/pages/c173.shtml>

Significado: Como resultado do massacre, houve um aumento no apoio a programas educacionais e recursos para reduzir a violência contra as mulheres no Canadá. Tanto o governo federal quanto os governos das províncias se comprometeram a erradicar a violência contra as mulheres, e o governo canadense proclamou o dia 6 de dezembro como Dia Nacional de Recordação e Ação sobre a Violência Contra as Mulheres. Muitas organizações e campanhas se espalharam a partir dessa tragédia, incluindo campanhas sobre o controle de armas e campanhas que envolvem grupos de homens trabalhando solidariamente com as mulheres procurando dar fim à violência contra as mulheres. Desde o começo da Campanha dos 16 dias, em 1991, dia 6 de dezembro foi incluído como uma data marco.

Eventos em 2009:

Conferência a ser realizada em Montreal, nos dias 4 a 6 de dezembro de 2009, sobre os auspícios do Institut de recherches et d'études féministes (IREF) of the Université du Québec à Montréal (UQAM)
http://www.unil.ch/webdav/site/liege/shared/Appel_version_anglaise_Poly20YearsAfter.pdf

Análise dos 10 Anos das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDG - Millennium Development Goals): Setembro de 2010

Histórico: “Em setembro de 2000, década onde ocorreram importantes conferências e reuniões de cúpula das Nações Unidas, líderes mundiais se reuniram na sede das Nações Unidas em Nova York para adotarem a Declaração do Milênio das Nações Unidas (United Nations Millennium Declaration), comprometendo suas nações a uma nova parceria global no intuito de reduzir a pobreza extrema e estabelecendo uma série de metas - com prazo até 2015 - que ficou conhecida como as Metas de Desenvolvimento do Milênio (Millennium Development Goals).”

Essas metas, nas quais todos os 191 membros de estado prometeram cumprir até 2015, incluem: Erradicar a fome e a pobreza extremas; Alcançar a educação primária universal; Promover a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres; Reduzir drasticamente a mortalidade infantil; Melhorar a saúde materna; Combater a transmissão da AIDS/HIV, da malária e outras doenças mortais; Assegurar a sustentabilidade ambiental; e Estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento. A iniciativa para a Reforma Estrutural para Igualdade de Gênero (GEAR - Gender Equality Architecture Reform) também fez surgir o processo da Cúpula Mundial de 2005, que foi a Análise dos 5 anos da Declaração do Milênio e suas Metas de Desenvolvimento. Para saber mais sobre a GEAR, visite: <http://www.cwgl.rutgers.edu/globalcenter/policy/unadvocacy/gea.html>.

Datas de referência:

Dia 6 e 8 de setembro de 2000 - lançamento da Declaração do Milênio; dia 14 a 16 de setembro de 2005 - Reunião de Cúpula Mundial das Nações Unidas, análise desses 5 anos.

Documentos e links importantes:

- Website das Metas de Desenvolvimento do Milênio:
<http://www.un.org/millenniumgoals/>

- Monitoria MDG: <http://www.mdgmonitor.org/index.cfm>
- Serviço Não Governamental de Recursos das Nações Unidas nas MDG: <http://www.un-ngls.org/orf/mdg.htm>
- Website Oficial da Reunião de Cúpula das Nações Unidas 2005: http://www.un.org/ga/59/hl60_plenarymeeting.html; <http://www.un.org/millenniumgoals/bkgd.shtml>
- Cúpula Mundial de 2005 (CWGL Summary): <http://www.cwgl.rutgers.edu/globalcenter/policy/millsummit/index.html>
- “Agindo: Conquistando a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres”. Programa das Nações Unidas para o Milênio de Força Tarefa para a Educação e Igualdade de Gênero: <http://www.unmillenniumproject.org/documents/Gender-frontmatter.pdf>

Sugestão para Advocacy:

Assegurar que os “indicadores de violência contra as mulheres são usados nas análises de progresso na conquista de MDG3 sobre Igualdade de Gênero.

Analisar o progresso e publicar as sete estratégias prioritárias propostas em 2005 pelo Projeto do Milênio das Nações Unidas na Força Tarefa em Educação e Igualdade de Gênero (UN Millennium Project Task Force on Education and Gender Equality):

- Aumentando os esforços no combate à violência contra as meninas e mulheres
- Garantindo a saúde e direitos sexuais e reprodutivos
- Garantindo às mulheres e meninas direitos de propriedade, terras e herança
- Eliminando a desigualdade de gênero nos empregos, eliminando as desigualdades salariais
- Aumentando o número de mulheres nos governos nacionais e locais
- Investindo na infra estrutura necessária para reduzir o tempo de trabalho de mulheres e meninas, para que, por exemplo, a quantidade de tempo gasto na coleta de combustível, água, e outras necessidades básicas sejam reduzidas drasticamente e
- Expandindo o acesso das meninas à educação, tanto secundária quanto primária.

Usar a Análise de Cúpula dos 10 anos da MDG como uma oportunidade para estimularem os governos a fortalecerem o mecanismo das Nações Unidas na questão da Igualdade de Gênero no sentido de avançar na igualdade de Gênero e nos Direitos Humanos das Mulheres nos níveis globais e nacionais.

Eventos em 2010:

Análise dos 10 anos da Reunião de Cúpula da MDG

Locais e datas serão determinados.

10º Aniversário da Resolução 1325 sobre as Mulheres do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Paz e Segurança: Outubro de 2010.

Histórico: Essa Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas marcou a primeira ocasião na qual o Conselho de Segurança especificamente reconheceu o papel vital das mulheres na prevenção de conflitos, incluindo violência sexual baseada no gênero. A resolução pediu que Secretaria Geral das Nações Unidas informasse sobre o progresso no trabalho de manutenção da paz, das Nações Unidas, e na integração de gênero. Em 2008, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou a Resolução

1820, que mais especificamente resolve a violência sexual em situações de conflito e pós conflito.

Data de referência:

Dia 31 de outubro de 2000.

Documentos e links importantes:

- Texto inteiro da Resolução 1325 da UNSC(PDF): http://www.un.org/events/res_1325e.pdf
- Tradução adicional do SCR 1325 pode ser achado em: <http://www.peacewomen.org/un/sc/1325.html>
- ONG Grupo de Trabalho sobre Mulheres, Paz, e Segurança: <http://www.womenpeacesecurity.org/>
- Website da Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade: <http://www.peacewomen.org/>
- Checklist de Monitoração Global pela GAPS: <http://www.gaps-uk.org/>

Sugestão para Advocacy:

Exigir que as informações sobre os esforços de implementação das Nações Unidas e dos governos seja de fácil acesso, que esses esforços sejam coordenados e estratégicos, e que seus resultados sejam acompanhados (1325 PeaceWomen eNewsletter Issue 108).

Convocar os governos a apoiarem os esforços global e nacional para assegurarem que as mulheres se comprometam na implementação do UNSCR 1325 para que sejam apontadas como mediadoras de alto nível e para preencherem os papéis de liderança relacionados aos conflitos armados.

Impulsionar representantes permanentes das Nações Unidas para apoiarem a criação de mecanismos apropriados para os Conselhos de Segurança que monitorem as implementações do SCR 1325 e SCR 1820 e considerem e atuem com as informações das medidas tomadas (ou não tomadas) pelas partes nos conflitos armados para que cumpram com suas obrigações no que diz respeito as mulheres, paz e segurança sobre as leis internacionais (1325 PeaceWomen eNewsletter Issue 109).

Eventos em 2010: Um calendário de eventos será colocado no site <http://www.peacewomen.org> com as informações recolhidas.

20º Ano da Campanha dos 16 dias de Ativismo Contra a Violência de Gênero: Novembro e Dezembro de 2010

Histórico: A Campanha dos 16 dias foi oficializada em 1991 no primeiro Instituto de Liderança Global de Mulheres (Women's Global Leadership Institute) no Centro para Liderança Global de Mulheres (Center for Women's Global Leadership). Os 23 participantes de todo o mundo escolheram o dia 25 de novembro (Dia Internacional para a Eliminação de Violência Contra as Mulheres) e o dia 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos) para fazerem uma declaração simbólica de que os direitos das mulheres são direitos humanos e que a violência contra as mulheres é a violação desses direitos. O assunto principal da primeira Campanha dos 16 dias, em 1991, foi o lançamento de uma solicitação mundial direcionada à Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos que ocorreu em Viena, em 1993. A Campanha dos 16 dias tornou-se o veículo de alerta mundial sobre o sistema de direitos humanos das Nações Unidas, e a distribuição dessa petição criou uma consciência internacional sobre a Campanha dos 16 dias. Em 2010, a campanha celebrará seu 20º aniversário.

Data de referência:

Dia 25 de novembro - dia 10 de dezembro de 1991

Documentos e links importantes:

- Website da campanha dos 16 dias:
<http://www.cwgl.rutgers.edu/16days/home.html>
- Mulheres, Violência e Direitos Humanos: Relatório do Instituto de Liderança de Mulheres 1991 (disponível em PDF):
<http://www.cwgl.rutgers.edu/globalcenter/publications/report91.html>
- Exigindo a Prestação de Contas: A Campanha Global e o Tribunal de Viena para os Direitos Humanos das Mulheres (disponível em PDF):
<http://www.cwgl.rutgers.edu/globalcenter/publications/demand.html>
- Video: “O Tribunal de Viena: Direitos das Mulheres são Direitos Humanos, para encomendar veja: <http://www.wmm.com/filmcatalog/pages/c172.shtml>

Significado: Desde 1991, a Campanha dos 16 dias continua crescendo, proporcionando oportunidades para ativistas de todo o mundo de trabalharem juntos em solidariedade e, neste período de atenção internacional, de ganharem apoio nos esforços locais. Nas últimas duas décadas, mais de 2.800 organizações em aproximadamente 156 países participaram na campanha. Uma vez que se aproxima o aniversário de 20 anos da campanha dos 16 dias, a CWGL irá ressaltar algumas de suas maiores conquistas nos direitos humanos das mulheres e na anti-violência contra o movimento de mulheres.

(Fonte: <http://www.cepia.org.br/datas20092010.pdf> acesso em 08/02/10)